

ANO 10 - NÚMERO 128 - JUNHO 2025

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 jun a 14 jul/25

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

**PL CONTRA
A VIDA!
DIGA NÃO AO PL
DA DEVASTAÇÃO!**

VOLUNTÁRIOS
GRATUITOS SÃO PAULO

PL DA DEVASTAÇÃO DESMONTA POLÍTICA AMBIENTAL DO BRASIL

p. 08

AMAZÔNIA

Lá vem o verão amazônico
– e o fumaceiro

p. 18

HISTÓRIA SOCIAL

O reino do medo

p. 25

HOMENAGEM

Niède Guidon

p. 42



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba, mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O homicídio contra a mulher (feminicídio), é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Leticia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



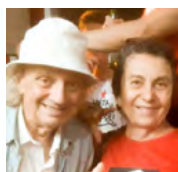
PL da Devastação desmonta política ambiental do Brasil

"Já pensou entrar em um avião sem ter certeza se o piloto está apto a conduzir a aeronave em segurança ao seu destino? Ou entrar em um consultório médico sem saber se o profissional que vai atender você está habilitado para tal? É isso, e as organizações ambientalistas brasileiras vêm questionando o Senado sobre os absurdos do projeto de lei aprovado recentemente, que altera as regras de licenciamento ambiental."

Assim começa nossa matéria de capa desta Xapuri 128, com texto simples e forte assinado por Adriana Ramos – Secretária Executiva do Instituto Socioambiental, e Marcos Woortmann – Diretor-Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), com caixas contendo informações complementares extraídas da Revista Focus Brasil, da Fundação Perseu Abramo, edição de 6 de junho, e uma caixa também da CicloVivo, sobre a ONU. Ao compor esta matéria, repassando informações fundamentais sobre o PL da Devastação, nos somamos na resistência contra o desmonte do Meio Ambiente em nosso país.

Nesta edição, bastante centrada na questão ambiental, homenageamos duas grandes mulheres, Niède Guidon e Preta Gil. Niède nos deixou recentemente para cavucar pinturas rupestres nas insondáveis rochas do Universo. Preta teima em resistir dignamente a um câncer que ameaça sua presença física neste nosso combalido planeta Terra. Ao seu modo, as duas nos ensinam a seguir sonhando e a seguir lutando.

Boa leitura. Bom proveito!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da Revista Xapuri

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - JUNHO

Adriana Ramos – Comunicóloga. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Marcos Woortmann** – Cientista Político. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Bia de Lima** – Parlamentar (GO). **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Sociólogo. **Fábio Pontes** – Jornalista. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Stochit** – Designer. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Joel Rufino dos Santos** – Historiador. **José Bessa Freire** – Escritor. **Iolanda Rocha** – Educadora Socioambientalista. **Jucelina de Moura Lôbo** – Escritora. **Lázaro Thor Borges** – Jornalista. **Lúcia Resende** – Professora. **Manuela Cardoso da Cunha** – Antropóloga. **Marco Aurélio Bernardes** – Escritor. **Marcos Jorge Dias** – Escritor. **Marcos Woortmann** – Cientista Político. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Mauro Barbosa de Almeida** – Antropólogo. **Virginia Berriel** – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.





Xapuri

128 JUN 25

SOCIOAMBIENTAL

08 **CAPA**
PL da Devastação desmonta política ambiental do Brasil

21 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
O dia em que Pai José se estrepou

15 **BIODIVERSIDADE**
Calendário da floresta segundo o povo Ashaninka

22 **CERRADO**
Coletoras de sementes tentam evitar destruição do Cerrado

18 **AMAZÔNIA**
Lá vem o verão amazônico – e o fumaceiro

25 **HISTÓRIA SOCIAL**
O reino do medo

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **CONJUNTURA**
A diáspora palestina na América Latina

28 **ECOLOGIA**
Uma bolsa vitalícia para mestres e guardiães

30 **FOTOGEOGRAFIA**
O barroco e as ladeiras

31 **FORMOSA**
O desaparecimento do busto de Pedro Ludovico

32 **LITERATURA**
Trocar os números por palavras: Pode isso, Arnaldo?

36 **DIREITOS HUMANOS**
Volkswagen acusada de trabalho escravo na Amazônia

37 **MEIO AMBIENTE**
Entre ataques e avanços, a luta pelo meio ambiente no Brasil

38 **SUSTENTABILIDADE**
Uma parceria pela sustentabilidade do meio ambiente

42 **HOMENAGEM**
Niède Guidon: uma vida em defesa da Serra da Capivara

47 **MITOS E LENDAS**
O mito piauiense do Milharal

49 **UNIVERSO FEMININO**
Um salve para Preta Gil



PL DA DEVASTAÇÃO DESMONTA POLÍTICA AMBIENTAL DO BRASIL

Adriana Ramos e Marcos Woortmann

Já pensou entrar em um avião sem ter certeza se o piloto está apto a conduzir a aeronave em segurança ao seu destino? Ou entrar em um consultório médico sem saber se o profissional que vai atender você está habilitado para tal? É isso, e as organizações ambientalistas brasileiras vêm questionando o Senado sobre os absurdos do projeto de lei aprovado recentemente, que altera as regras de licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental, principal instrumento da política nacional de meio ambiente, instituída

por lei em 1981, tem o objetivo de avaliar os potenciais impactos ambientais de obras e projetos, de modo a minimizar ou compensar seus impactos na saúde pública, na contaminação de rios, praias e solo, por exemplo. Trata-se de reduzir riscos e tornar tais intervenções menos danosas ao meio ambiente.

É comum que quem planeja obras não incorpore aspectos ambientais relevantes e que impliquem custos de adequação, o que faz com que os riscos sejam subdimensionados, acarretando a necessidade de os analistas ambientais solicitarem

complementação de informações para a definição das medidas de mitigação e compensação necessárias, levando a atrasos na concessão das licenças.

Mas respeitar o meio ambiente e adaptar projetos e obras a modelos mais sustentáveis, que têm um custo, é algo que muitos empreendedores querem manter só no discurso. Não à toa, temos visto tantos retrocessos socioambientais, seja em decisões legislativas, seja no âmbito do setor privado, que tem abandonado compromissos corporativos voluntários.



Foto: Lela Beltrão/Divulgação



Foto: Elaine Patricia Cruz/Agência Brasil

Por isso, não surpreenderam as manifestações de apoio de setores empresariais às mudanças no licenciamento, apesar de elas significarem impactos ambientais sobre toda a coletividade, em razão de empreendimentos de grande porte privados.

O PROJETO

O ponto focal da crítica dos ambientalistas é a criação da Licença por Adesão e Compromisso, a LAC. O novo dispositivo permite que empreendimentos de até médio porte sejam licenciados de maneira automática, bastando ao empreendedor preencher um formulário autodeclaratório, o que elimina a fase de estudos prévios de impacto ambiental e as definições de medidas compensatórias. Entidades apontam a inconstitucionalidade da medida.

Dessa forma, empreendimentos em unidades de conservação passam a poder ser licenciados sem a manifestação obrigatória

prévia do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), o que abre margem para atividades econômicas em áreas de proteção ambiental.

Além disso, o mecanismo esvazia significativamente a atuação dos órgãos como o Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), além dos conselhos estaduais.

Na votação no Senado, um ponto de alerta foi a inclusão da emenda 198, de autoria do presidente Davi Alcolumbre (União Brasil), para a criação da Licença Ambiental Especial, a LAE.

Com a licença, fica possível o licenciamento simplificado também de grandes empreendimentos considerados estratégicos para o governo, como é o caso da exploração de petróleo e mineração. Atualmente, para um projeto deste porte são necessárias três etapas: prévia, instalação e operação.

Fonte: Fundação Perseu Abramo

A proposta estabelece uma licença ambiental especial (LAE) de rito simplificado para "atividades ou empreendimentos estratégicos" a serem definidos pelo Conselho de Governo, ainda que a iniciativa "seja utilizadora de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente".

Esse rol de atividades estratégicas será definido por decreto posterior à legislação, permitindo que qualquer autoridade possa conceder a LAE por seus próprios critérios. Sabemos como funciona a cultura política quando as decisões são tomadas a portas fechadas, sem critérios públicos e transparência.

Estamos falando em bom português de um convite, com tapete vermelho e banda, para que a corrupção em dimensões inauditas permeie o processo de licenciamento nas mais altas instâncias de governo, ao invés de estruturar um processo aberto, auditável, e eficiente para todos os cidadãos brasileiros, não

apenas para a classe política e os empreendedores que possam pagar para ter o direito de empreender.

O projeto também amplia os casos de aplicação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), pela qual qualquer pessoa consegue automaticamente a licença ambiental preenchendo um formulário na internet. A LAC torna-se a regra, e o licenciamento convencional, com análise prévia do órgão ambiental, a exceção.

O problema é que essa autorização não vai valer apenas para empreendimentos de pequeno porte e potencial poluidor, mas para os de médio porte, potencial poluidor e risco ambiental. E quem define a diferença entre o que é grande e o que é médio?

A proposta concede de antemão isenção de licenciamento para 13 atividades e empreendimentos econômicos, como agricultura, pecuária, "manutenção e ao melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes", sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário, e concede poder quase ilimitado para estados

e municípios criarem sua própria lista de isenções de licenciamento.

Isso pode gerar confusão regulatória, insegurança jurídica e uma "guerra ambiental" entre quem libera mais e flexibiliza mais para atrair investimentos.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

No domingo, 1 de junho, manifestantes contrários ao Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, estiveram nas ruas de oito capitais. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, milhares de pessoas participaram de atos puxados por ambientalistas com cartazes que pediam o veto do presidente à proposta.

Além disso, os atos demonstraram apoio e solidariedade à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, alvo de ataques de senadores em uma sessão recente da Comissão de Infraestrutura do Senado, que tratava sobre a criação de unidades de conservação na margem equatorial.

A votação do PL da Devastação no Senado, que ocorreu em 21 de maio, teve 54 votos favoráveis e 13 contrários. O projeto da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, discutido no Congresso desde 2004, foi aprovado em 2021 na Câmara dos Deputados.

Na casa alta, a relatora Tereza Cristina (PP/MS) aponta que o objetivo é uniformizar os procedimentos para emissão de licença ambiental no país e simplificar a concessão de licenças para os empreendimentos de menor impacto.

Já os movimentos ambientalistas afirmam que o PL, na verdade, se trata da "mãe de todas as boiadas" – em referência a uma fala do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que queria aproveitar brechas para "passar a boiada" em áreas de floresta na Amazônia.

Na etapa seguinte, agora, o projeto retorna à Câmara dos Deputados devido às mudanças que foram feitas pelo Senado e, se aprovado, será encaminhado para sanção ou veto do presidente Lula.

Fonte: Fundação Perseu Abramo





Quem se lembra do que era o noticiário, ou pior, do que era viver em Cubatão nos anos 1970 e 1980, uma das cidades mais poluídas do mundo, com doenças e mortes que afetavam crianças, jovens e idosos, é isso o que está sendo proposto como modelo para todos os municípios, pois a regra que impede que isso ocorra hoje é precisamente o que está sendo destruído.

Terras Indígenas e territórios quilombolas em regularização não serão consideradas no licenciamento de empreendimentos e atividades econômicas que os impactem, e Unidades de Conservação só serão consideradas se o impacto for direto.

No caso dos quilombos, mais de 96% das comunidades não seriam levadas em consideração para impactos de licenciamento, pois seus territórios ainda não foram titulados. Cerca de 40% dos territórios indígenas podem ser afetados, e, cabe lembrar, a preservação de seus territórios

é responsável pela chuva que abastece 80% da agricultura no Brasil e gera 58% de sua renda.

A conta é simples: menos chuva, menos produção. O que os ruralistas estão fazendo é dar um tiro no pé da própria agricultura, e caberá a você pagar pelo aumento na inflação de alimentos, e, ao país, pagar o aumento da pobreza.

O PL pretende isentar empreendimentos privados de cumprir as chamadas “condicionantes ambientais”, jogando a conta dos seus impactos para a população e os cofres públicos. Se não forem cumpridas as condicionantes do licenciamento, obrigações de prevenção, redução e reparação de impactos socioambientais, o empreendedor não precisa dar satisfação a ninguém.

Em nota técnica, o Observatório do Clima alerta que isso tende a aumentar a responsabilidade – e os gastos – do poder público para conter impactos de grandes empreendimentos mantidos pela iniciativa privada.

O QUE PENSA O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Mesmo sob holofotes, em um contexto de ataques, a ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva, segue em alerta para articulações sobre a tramitação do PL.

Isso porque a ministra se declarou contrária a pontos do projeto e disse que vai trabalhar, especialmente, para a derrubada da emenda proposta por Alcolumbre, relacionada aos empreendimentos estratégicos.

Segundo divulgado pela imprensa no dia 2 de junho, Marina Silva irá apostar no diálogo com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), e com líderes partidários para tentar adiar a votação na casa.

O desafio de Marina não é pequeno. Além dos empreendimentos, como as médias e grandes obras, o agronegócio, que possui uma bancada expressiva no Congres-

so, também deverá se beneficiar bastante com a aprovação, pois as atividades agropecuárias em grandes áreas também serão dispensadas das etapas do licenciamento. O que pode acarretar o avanço desenfreado do desmatamento, incluindo o uso de agrotóxicos em áreas protegidas.

Sobre o assunto, a pasta divulgou um posicionamento contrário ao PL. "(...) representa desestruturação significativa do regimento existente sobre o tema e representa risco à segurança ambiental e social no país", diz um trecho da nota oficial. No dia 2, após participar de um encontro de mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a ministra falou sobre o assunto aos jornalistas.

"O licenciamento pode ser aperfeiçoado, claro, para que a gente ganhe mais agilidade, mas isso não significa flexibilizar regimentos, não significa perda de qualidade. Os empreendimentos precisam passar por todas as fa-

ses do licenciamento para que a gente evite vários problemas como já tivemos no passado, inclusive em Mariana e Brumadinho", disse Marina Silva. E completou: "a sociedade está dizendo para os seus representantes que é preciso um tempo para debater".

Fonte: Fundação Perseu Abramo

Como se não bastasse, o PL impede que bancos sejam punidos por crimes e danos ambientais cometidos por empreendimentos e empresas que eles financiam, contradizendo a norma que impede o crédito bancário para desmatadores.

Se essa legislação for aprovada, estaremos todos submetidos a impactos de obras e projetos que não terão a devida análise técnica e o aval de autoridades públicas no que diz respeito a riscos e ameaças ambientais, como seria entrar em um avião sem que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) tivesse responsabilidade

na emissão da habilitação e licença dos pilotos, ou entrar em um consultório médico sem a segurança da fiscalização da atividade pelo Conselho Regional de Medicina.

ONU SE POSICIONA CONTRA O PL DA DEVASTAÇÃO

Além do posicionamento contrário de ambientalistas, empresários e da sociedade civil, a aprovação do PL do licenciamento ambiental foi questionada pela ONU. Numa carta enviada ao governo Lula, grupos de diferentes áreas de Direitos Humanos da ONU denunciaram o texto do PL, alertando para possíveis violações, caso seja provado como está.

O documento é Grupo de Trabalho de Especialistas em Afrodescendentes; pelo GT sobre a questão dos Direitos Humanos e das corporações transnacionais e outras empresas; pela Relatoria Especial sobre a promoção e proteção dos Direitos Humanos no contexto das mudanças climáticas;



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



pela Relatoria Especial sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável; e pela Relatoria Especial sobre os Direitos Humanos à água potável e ao saneamento.

Na carta, a ONU destaca que as revisões do projeto modificam e removem elementos “essenciais relativos à proteção ambiental no processo de licenciamento ambiental, impactando os Direitos Humanos, especialmente os Direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas”. A carta afirma que “essas modificações podem causar danos graves e irreversíveis ao meio ambiente, agravando a tripla crise planetária de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição tóxica”.

Fonte: Redação CicloVivo

A forma como os Senadores se manifestaram durante e depois da aprovação pelo Senado Federal da nova legislação que desmontou o mais importante instrumento da gestão ambiental do país diz muito sobre o que tem movido o debate sobre meio ambiente e clima no Congresso brasileiro, quando o extremismo ideológico tratorou a Constituição Federal, a ciência, e até mesmo tratados internacionais, entregando a conta para você, seus filhos, eu, e todo mundo.

É isso que queremos em pleno ano de COP 30, quando o mundo inteiro virá ao Brasil para refazer seus compromissos ambientais e tentar conter os desastres climáticos e o aquecimento global?

Precisamos chamar os adultos de volta pra sala, os cidadãos e cidadãs brasileiras, ou essa conta virá cara demais.



Adriana Ramos – Secretária Executiva do Instituto Socioambiental.



Marcos Woortmann – Diretor-Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

Nota da Redação: Os textos das caixas são de Claudia Rocha/ <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/06/03/pl-da-devastacao-avanca-no-senado/>. A caixa sobre a ONU é da Redação CicloVivo <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/votacao-de-pl-da-devastacao-e-adiada-mas-ameaca-permanece/>

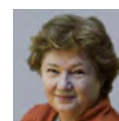


CALENDÁRIO DA FLORESTA SEGUNDO O POVO ASHANINKA

Manuela Cardoso da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida

Junho: Tempo de fartura de peixes. Tempo de água limpa e cristalina. Tempo de embicheirar; o pescador mergulha em busca dos grandes peixes debaixo dos paus, nas águas mais profundas do rio. Tempo de acampar nas praias, comer muito peixe, coletar ovos de pássaros e beber muita caçuma. Tempo de longas viagens

a varejão para visitar parentes e fazer trocas com os Ashaninka que moram em outros rios. A fruta da orana é o medidor do ovo do tracajá: ele cresce junto com ela. Quando a fruta da orana está caindo, os tracajás estão desovando e as pacas estão gordas. Nessa época também a flor da samaúma está desabrochando.



Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. Excerto do livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.



Mauro Almeida – Antropólogo. Excerto do livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.

PEJOTIZAÇÃO: FIM DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Virginia Berriel

Em 11 de novembro de 2017, quando foi aprovada a Reforma Trabalhista, a Classe Trabalhadora foi literalmente golpeada. O impacto da reforma foi grande e devastador.

Os transtornos para trabalhadores e trabalhadoras com a flexibilização da legislação trabalhista acontecem até hoje, ou seja, somos reféns da flexibilização, que permitiu: intervalos interjornada, parcelamento de férias, possibilidade de jornadas de trabalho mais extensas, criação de novas modalidades de trabalho – como o trabalho intermitente, por exemplo, com o acordado sobre o legislado que causa insegurança jurídica, a desobrigação das entidades sindicais homologarem as demissões e o fim do Imposto Sindical obrigatório.

Além de gerar insegurança jurídica, a Reforma Trabalhista, que era para gerar milhares de empregos, na verdade trouxe informalidade e muita precarização. Para além disso, com o fim da obrigatoriedade do Imposto Sindical ocorreu o enfraquecimento das entidades sindicais para a representação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os sindicatos são obrigados não apenas a representar uma categoria, mas também a negociar os

instrumentos coletivos, acordos e convenções coletivas de trabalho, prestar assessoria jurídica para sindicalizados e não sindicalizados, assessoria na área de saúde e segurança do trabalho e até homologar uma demissão, em caso de constar cláusula em acordo ou convenção coletiva.

Mas como administrar essa demanda toda sem o Imposto Sindical e com o número cada vez mais baixo de filiações?

Os trabalhadores e trabalhadoras recorrem às entidades sindicais para cobrar o reajuste

salarial anual, para cobrar melhores condições de trabalho, para denunciar excesso de jornada de trabalho e algum tipo de assédio, isso é diário e permanente, mas, também e principalmente, para reclamar o reajuste salarial. E, para chegar nele, os sindicatos têm uma demanda e tanto: carecem de organização, pesquisa, reuniões, assessoria jurídica qualificada e muito tempo.

A importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores e trabalhadoras é primordial, mas muitos só percebem isso tarde demais,

porque sabemos bem que a maio-



ria deles não têm autonomia e nem poder para uma negociação salarial direta com os patrões e nem tampouco cobrar outros direitos, porque geralmente recebem represálias.

QUEDA DE BRAÇO ENTRE JUSTIÇA DO TRABALHO E STF

Mas, se não bastasse tudo isso, agora uma ameaça eminente tira a tranquilidade e o sossego aparente não apenas dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também de advogados e magistrados de todo o país.

Importante destacar que há cerca de um mês aconteceu um ato nacional na porta dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país contra a fatídica Pejotização irrestrita.

A Lei da pejotização que está no STF permite a contratação de trabalhadores através de Pessoas Jurídicas (PJs) com a utilização do registro de MEI (Microempreendedor Individual), em vez de contrato formal de trabalho, pela CLT. Sem dúvida, o objetivo final é tirar os direitos trabalhistas, driblar os direitos e os encargos sociais.

A pejotização é um tema extremamente polêmico, que tem causado impactos reais e contundentes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse impacto já custou em torno de R\$ 89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista, segundo estudo realizado por pesquisadores da FGV. Esse custo bilionário coloca em risco a Previdência Social e o futuro dos aposentados e pensionistas em todo o país.

As contribuições previdenciárias, por parte de trabalhadores pejotizados, são bem inferiores às aquelas recolhidas pelos que são empregados em regime CLT. Assim, além de causar prejuízo ao país, a pejotização trará impacto no futuro do sistema previdenciário, aumentando a vulnerabilidade e impactando a qualidade de vida da Classe Trabalhadora brasileira.

Nenhuma outra categoria sofreu e sofre mais que a dos jornalistas, que compõem o setor de Comunicação no país, com a pejotização. Hoje, seguramente, temos apenas cinquenta por cento dos jornalistas sob o regime de contratação pela CLT com os direitos garantidos.

Os outros cinquenta por cento são MEI e trabalham como pessoa jurídica, alguns inclusive nas redes de televisão, e outros tantos ganham a vida duramente sem a garantia de direitos e dignidade, vivem na invisibilidade e omissão de uma prestação de serviços sem direitos – são mega precarizados e explorados.

IMPACTOS DA PEJOTIZAÇÃO PARA JORNALISTAS E OUTRAS CATEGORIAS

Seguramente, o impacto da pejotização para os jornalistas foi devastador e quase pôs fim a nossa categoria, imprescindível e necessária aos brasileiros, ao país e à Democracia. Portanto, nós jornalistas precisamos travar essa batalha contra a pejotização que aguarda julgamento no STF. Todos os processos que tratam do tema, que afetam milhares de ações de vínculo empregatício na justiça do trabalho, expõem o grande embate entre o STF e a Justiça do Trabalho.

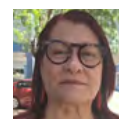
A decisão do STF desconsidera o direito à Justiça do Trabalho, bem como coloca em xeque a própria segurança jurídica para milhares de trabalhadores que lutam pelo vínculo empregatício. Segundo a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho), em 2024, receberam quase 460 mil ações sobre reconhecimento de vínculo empregatício. Já no MPT Ministério Público do Trabalho tramitam em torno de 4.700 inquéritos civis em aberto, que investigam fraude na contratação de trabalhadores através de pejotização.

A queda de braço entre Justiça do Trabalho e STF, que suspendeu todas as ações que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício, ainda não tem data para ser julgada pelo Supremo; pode ocorrer neste semestre, mas o tema não pode ser matéria apenas da Justiça do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, precisa ser amplamente debatido por empregados, sindicatos, patrões, pesquisadores, academia e demais representações de trabalhadores e trabalhadoras. Para além dos impactos que a pejotização tem causado e causará, caracteriza-se como um ataque frontal à CLT e aos direitos arduamente conquistados.

Numa canetada, o STF pode acabar de vez com os direitos trabalhistas como férias, gratificação de férias, 13º salário, licença maternidade, paternidade, adicional de insalubridade e periculosidade, pagamento de horas extras, aviso prévio, vale transporte, seguro-desemprego e FGTS, todos esses direitos podem acabar através da pejotização irrestrita.

Portanto, essa luta é dos jornalistas, das jornalistas e de todos nós trabalhadores e trabalhadoras, independentemente da categoria. A CUT se levantou, entrou como *amicus curiae* no STF para ser parte nesta ação e se manifestar em defesa dos direitos da Classe Trabalhadora.

Mas todos os sindicatos, federações e confederações precisam se levantar também contra a pejotização, perigo e risco de morte aos direitos trabalhistas no Brasil.



Virginia Berriel – Jornalista, Diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.





Foto: Varadouro/Reprodução

LÁ VEM O VERÃO AMAZÔNICO – E O FUMACEIRO

Fábio Pontes

O avanço no acúmulo de dias sem chuvas, o aumento na sensação térmica das temperaturas e a redução no volume dos rios são os sinais de que o verão de 2025 dá as caras por estas bandas da Amazônia ocidental.

Para quem viveu e sentiu os impactos da severa estiagem do ano passado – quando a região foi atingida por uma grave crise climática e ambiental – a chegada do novo verão é preocupante – e até atormentadora. O fumaceiro que invadiu as cidades acreanas, levando a poluição do ar a níveis extremos de contaminação, ainda está na memória de muitas pessoas.

Em outros pontos do estado, a situação ficou ainda mais agravada com a falta de água para as necessidades mais básicas.

Em 2024 o Acre registrou 8.658 focos de queimadas. Na comparação com 2023, houve um acréscimo de 24%. No ápice da contaminação do ar no ano passado (durante os dias de setembro), a concentração de material particulado PM 2.5 chegou a níveis 30 vezes acima do mínimo recomendado pelas autoridades de saúde. Por dias, Rio Branco ocupou o topo no ranking das cidades mais poluídas do mundo.

Além do fogo comum em áreas de roçados e pastagens, mais as

áreas recém-desmatadas, o Acre registra elevado aumento de incêndios florestais, consequência direta do prolongamento dos dias mais quentes e sem chuvas, o que leva a floresta a perder a umidade – o chamado estresse hídrico.

A intensificação dos dias quentes e secos coloca em risco não somente a questão da preservação ambiental, mas também compromete a qualidade de vida da população com a poluição ocasionada pelas queimadas, a baixa umidade do ar e as elevadas temperaturas que levam muita gente às unidades de saúde em busca de tratamento médico.



Neste mês de junho, Rio Branco enfrenta um surto de doenças respiratórias – situação agravada pela baixa adesão da sociedade à vacinação.

No campo, famílias de produtores são ainda mais impactadas ao ter a perda de seus roçados para o fogo, a falta de chuvas e as temperaturas sufocantes. Em regiões como o Alto Juruá e o Alto Tarauacá, comunidades inteiras ficam isoladas com a vazante crítica dos mananciais.

No Alto Acre, incluindo comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, as fontes de água secam por completo, o que compromete não só a agricultura, mas sobretudo a segurança hídrica da população.

Em Rio Branco, muitas comunidades rurais necessitam de água potável distribuída pela prefeitura em caminhões-pipa, para não passar sede.

Em 2024, a Defesa Civil antecipou a operação estiagem ainda para as primeiras semanas de junho. Em outros anos, a distribuição de água na zona rural começava entre o fim de julho e o começo de agosto. Também houve a necessidade de ampliar o número de comunidades atendidas.

Para enfrentar os efeitos do verão de 2025, que se avizinha, a Defesa Civil já elabora um plano de ação. Entre as estratégias permanece a distribuição de água potável em carros-pipa.

“Nós já trabalhamos para amenizar os efeitos deste verão. Nós temos o plano de contingência para contratar caminhões-pipa para fazer a distribuição de água já no fim deste mês, pois já há essa necessidade”, afirma o tenente-coronel Cláudio Falcão, coordenador da Defesa Civil de Rio Branco.

“Nós estamos caminhando para um cenário bem complicado, assim como aconteceu em 2016 e 2024. Um dos pontos que vamos dar atenção é a navegação nas comunidades ribeirinhas. O escoamento da produção fica muito comprometido. Iremos atender as comunidades rurais com ajuda humanitária”, diz.

Segundo ele, a prefeitura trabalha atualmente na elaboração

do PMRR: Plano Municipal de Redução de Riscos. Entre as ações previstas, afirma o coordenador, está o plano de contingência para reduzir os efeitos das queimadas urbanas e rurais, além dos efeitos das temperaturas elevadas.

OSCILAÇÕES EXTREMAS

Em 2024, o rio Acre atingiu o menor nível de vazante em 50 anos de aferições: 1,23 m em 21 de setembro. Em Brasília, ele ficou abaixo dos 70 centímetros. Os mananciais também alcançaram volumes críticos em todo o estado. No Alto Juruá, comunidades ficaram isoladas. Em muitos pontos, era preciso levar as embarcações nas costas para chegar aos locais com condições de navegabilidade.

Segundo dados do Monitoramento Hidrometeorológico, do Centro Integrado De Geoprocessamento E Monitoramento Ambiental (Cigma), o rio Acre media 2,80 m na manhã de quarta, 4, na capital. Já em Brasília a medição era de 1,31 m. A situação é totalmente oposta ao começo de março, quando a capital acreana foi atingida pela terceira alagação consecutiva do rio Acre, que chegou à marca de 15,88 m.

De acordo com o coordenador da Defesa Civil, o atual nível na capital é o terceiro pior na série histórica para o mês de junho, perdendo para 2024 e 2016. Vale destacar que estes foram dois anos em que o clima na região amazônica estava sob influência do fenômeno climático *El Niño*, que reduz o volume de chuvas. Em 2025 não há o registro do *El Niño*, mas o ambiente ainda é marcado pelo “estresse” ocasionado por duas estiagens muito severas e sequenciadas: 2023 e 2024.

Especialista nos estudos sobre clima e ambiente, o pesquisador Evandro Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em seu núcleo na Universidade Federal do Acre (Ufac), diz que as previsões apontam temperaturas acima do esperado até agosto. Já quanto às chuvas, as análises indicam que elas ficarão dentro da normalidade também até agosto,

“embora tenhamos um déficit de chuva desde o ano passado”.

“O que está me preocupando é o desmatamento no Acre. O Acre está na contramão, e tudo indica que, em 2025, teremos a maior taxa de desmatamento em muitos anos, porque agora, a partir de maio-junho, começam as derrubadas”, aponta o cientista. Evandro Ferreira indica os dados levantados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

No primeiro trimestre de 2025, o estado registrou uma área de 17 km² de floresta desmatada. Em igual período do ano passado foram 6 km². Já quando se analisa o chamado calendário do desmatamento (de agosto a março), o incremento de floresta derrubada em território acreano foi de 38% quando se compara os dois últimos anos.

Em seu Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2024), o Mapbiomas aponta redução na área de floresta devastada na maior parte dos estados da Amazônia Legal, exceto Acre. Por aqui, houve aumento de 30% de floresta derrubada ao longo do ano passado. Apesar disso, a região conhecida como Amacro – composta por Amazonas, Acre e Rondônia – registrou queda no desmatamento pelo segundo ano consecutivo; diminuição de 13% na comparação com 2023.

Toda essa área de floresta levada ao chão nos últimos meses tende a ser queimada agora a partir de julho, quando se inicia a temporada do fogo. Ou seja, caso as autoridades sejam omissas ou ineficientes como aconteceu em 2024, a tendência é a de uma nova crise das queimadas e da poluição extrema do ar.

E esse aumento da devastação do bioma amazônico pode estar contribuindo diretamente para agravar o comportamento do clima em nossa região, sobretudo no período da seca. Uma temporada que, como podemos observar na pele, passou a ser rígida e prolongada.

Se noutros tempos (como diziam os mais antigos) já era possível preparar a terra em setembro para receber as chuvas de outubro – o

começo do inverno – agora ainda sentimos os efeitos da estiagem se estender até meados de novembro, no que se caracteriza como o novo normal do clima na região amazônica.

Este novo normal na dinâmica do clima está não apenas perceptível, mas também comprovado pela ciência. É como mostrou o mais recente relatório de alerta sobre os impactos do verão 2025, elaborado pelo grupo trinacional MAP, que reúne cientistas da fronteira Brasil, Bolívia e Peru.

UM FUTURO AINDA MAIS QUENTE

A temperatura média anual na tríplice fronteira pan-amazônica aumentou 1,8 graus Celsius entre 1990 e 2024. Na prática, a população acreana é afetada com dias muito mais quentes e secos do que no passado. Essa elevação dos termômetros aconteceu em paralelo com o aumento do desmatamento da Floresta Amazônica.

Quando se analisam os modelos meteorológicos para as próximas décadas, a situação é ainda mais assustadora. “Em 34 anos nós tivemos um aumento de temperatura de 1,8 graus. Dentro de uma ou duas décadas, portanto em menos de 30 anos, está previsto para este aumento ser de três graus. Este foi o modelo mais ou menos conservador que identificamos”, afirma o ecólogo Irving Foster Brown, da Ufac.

Para o cientista, uma das principais perguntas para enfrentar este cenário é: “Quais são as políticas públicas para se enfrentar isso no futuro? A sociedade tem que dizer: se já temos um problema, vai piorar nas próximas duas décadas. Mesmo se a gente mudar tudo agora, vai levar um bom tempo para ter mudanças. A tendência no momento é acelerar [a crise climática].

Em outras palavras, a tendência é de a população acreana ser impactada por estiagens e alagações mais intensas ao longo dos próximos anos – e num futuro

nada distante. “Não adianta você ter carro-pipa se você não tem água para colocar no carro-pipa. Este é um cenário crítico para as áreas rurais”, afirma Foster Brown.

Mesmo zerando o desmatamento das florestas tropicais, aponta o ecólogo da Ufac, os níveis de emissão dos gases do efeito estufa vão continuar por poluidores como a indústria e a queima de combustíveis fósseis – que respondem por 80% das emissões de dióxido de carbono na atmosfera.

Para o cientista, apenas políticas públicas eficazes de planejamento podem amenizar os impactos deste cenário climático catastrófico. E aqui não se trata de alarmismo, de opiniões vazias. São análises científicas feitas a partir do que vivemos no passado, no agora e num futuro logo ali se sociedade e governos ficarem de braços cruzados.



Fábio Pontes – Jornalista, em <https://ovaradouro.com.br/la-vem-o-verao-e-o-fumaceiro/>

Foto: Varadouro/ Reprodução





O DIA EM QUE PAI JOSÉ SE ESTREPOU

Joel Rufino dos Santos

"Na literatura oral do Nordeste contam o 'caso do negro pachola':"

Morre o dono do engenho, a dona promove a gerente um africano, Pai José. Imediatamente ele deu ordem aos outros negros: de ora em diante, não o tratassem mais por Pai José, mas por Sinhô Moço Cazuzza. Os negros obedeceram e quando o viam diziam: "A benção, Sinhô Moço Cazuzza." Muito concho, ele respondia: "Benção de Deus."

Não ficou só aí o seu orgulho. Quando chegou em casa, disse para a senhora: "Minha sinhá, quando Sinhô Moço Cazuzza chegava em casa cansado, minha sinhá não mandava logo botar banho pra ele? Pois eu também quero!"

No outro dia: "Minha sinhá não mandava mulatinha esfregar costa de meu sinhô? Pois eu também quero!" Depois: "E minha sinhá não dava camisa engomada pra meu sinhô vestir? Pai José também quer!"

Até que acabou a paciência da mulher. Muniu dois criados de bons chicotes e mandou se esconderem no quarto do negro. "Minha sinhá, quando meu sinhô acabava de tomar banho e de vestir camisa gomada, ia pro quarto pra minha sinhá catar piolho nele. Pai José também quer."

A moça não teve dúvida. Mandou-o entrar para o quarto e já se viu. Pai José apanhou tanto que escapou de morrer. No outro dia, bem cedo, chegou na roça moído. Os negros o saudaram: "A benção, Sinhô Moço Cazuzza." Ele muito zangado: "Eu não sou Sinhô Moço Cazuzza, não, eu sou

Pai José". Os negros nunca souberam a causa daquela mudança.

Durante a escravidão (que durou quatro quintos do tempo que o Brasil tem de existência), muito dificilmente um branco era escravo, mas acontecia. Um célebre romance de 1875 é sobre uma moça branca escravizada, Isaura, que sofre como o diabo.

Em compensação, um negro podia virar senhor. Em Ouro Preto, no auge da mineração de diamantes, ficou famoso Felipe Mina, por ter centenas de escravos. Quando perdoava algum do castigo, contam que dizia "Depois não vai dizer que branco é ruim..." Negro e branco, como se vê, são lugares sociais.

A escravidão foi um sistema social de tortura sistemática. Os patrões (senhores) eram proprietários do corpo dos trabalhadores (escravos). Para usar essa propriedade, valia tudo, a começar pela tortura – que era legal e, mesmo quando não usada, pairava no ar como ameaça.

A casa-grande, a senzala, e o pelourinho. A identificação de negro com escravo, branco com senhor, foi diminuindo nos últimos cem anos. Mas sobrevive em nossas cabeças. "Torturaram um inocente!" nesta manchete comum de jornal se insinua que a tortura de quem "merece" é normal.



Joel Rufino dos Santos
- em Coleção Caros Amigos, Fascículo 02, s/d.





Foto: (Foto: Marcos Vinicius Silva Lima / Amazonia Real

COLETORAS DE SEMENTES TENTAM EVITAR DETRUIÇÃO DO CERRADO

Lázaro Thor Borges

A bióloga Milene Alves nunca vai esquecer o dia em que viu seu jatobazal preferido pela última vez, há quatro anos. Rodeado por pasto, aquele arvoredo de jatoba-zeiros era crucial para a Rede de Sementes do Xingu. Desde 2007, Milene e mais de 700 coletores desse grupo trabalham para recuperar áreas do Cerrado.

A Rede de Sementes do Xingu é uma organização formada por indígenas, agricultores familia-

res e comunidades urbanas nas bacias dos rios Xingu, Araguaia e Teles Pires, em Mato Grosso, com o objetivo de reflorestar áreas do Cerrado e da Amazônia.

Aos 26 anos, Milene trabalha como coletora nas horas vagas e atua como técnica que coordena um grupo de trabalho de uma organização chamada Redário, uma articulação que reúne 27 redes em 13 estados localizados na Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia.

Ironicamente, a área com jatoba-zeiros que Milene citou foi totalmente destruída por um fazendeiro em 2021, virando um grande pasto. Os coletores tinham um acordo verbal com o fazendeiro para retirar sementes de lá. Com a derrubada, pouco pode ser feito, já que era propriedade privada.

“Todo ano a gente tirava boa parte da nossa renda dali. Meus pais principalmente”, conta Milene, que é remunerada pelo trabalho como coletora na Rede de Sementes do Xingu.

“Naquele ano foi tão impactante, quando a gente chegou lá estava tudo derrubado. Eles tinham acabado de passar com o correntão, havia várias árvores ainda soltando fumaça, pegando fogo.”

Em Nova Xavantina (município a 556 quilômetros de Cuiabá, capital de Mato Grosso), a área era usada por trabalhadores como Milene para coletar sementes que, mais tarde, se tornaram “muvucas”. As muvucas são um conjunto colorido de sementes empregado no reflorestamento de grandes áreas.

As árvores de onde vêm as sementes para as muvucas são carinhosamente chamadas de “matriz”. Esse nome remete à maternidade, pela alta produtividade de frutos e sementes. Mas a palavra matriz também é uma bonita coincidência com a formação da Rede de Sementes do Xingu, onde mais de 80% do grupo é formado por mulheres.

Mãe de Milene Alves, dona Vera, de blusa preta; Madalena, de branco; e o de blusa cinza, Sr. Erminio, pai de

Milene. Juntos, mostram a fartura da coleta de caju. Foto: Milene Alves.

O HIPERDOMINANTE JATOBÁ

Milene e as demais coletoras da Rede de Sementes do Xingu vivem na prática as descobertas recentes de um estudo realizado por uma equipe de 35 cientistas do Brasil, Reino Unido, da Argentina e Holanda.

As descobertas, publicadas no início do mês na revista *Communications Biology* (do portfólio da prestigiosa *Nature*), indicam que o Cerrado perdeu 24 bilhões de árvores desde 1985, o equivalente a três vezes a população humana da Terra.

Os cientistas descobriram que o bioma é muito sensível devido à hiperdominância: um fenômeno em que poucas espécies são mais presentes e, por isso, ecologicamente mais importantes para a preservação. Dados revelados pelos cientistas apontam que menos de 2% das árvores do Cerrado (30 espécies) correspondem à metade de todas as árvores do bioma.

O jatobá-do-cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), citado por Milene, está nessa lista, o que mostra a enorme importância do jatobazeiro destruído para virar pasto. E é justamente o Centro-Oeste, onde está a Rede de Sementes do Xingu, a região que concentra as maiores perdas de árvores do Cerrado, com 31,8% das perdas concentradas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal.

“Ficamos surpresos com esse nível de hiperdominância em um ecossistema tão diverso”, disse o autor principal, Facundo Alvarez, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). “Entender a dominância dessas poucas espécies é essencial diante dessas perdas”.

Com 2 milhões de quilômetros quadrados – área equivalente à da Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Espanha juntas –, o Cerrado é a maior e mais diversa savana do mundo em espécies de plantas. Além disso, funciona como porta de entrada para a Amazônia e



Foto: Milene Alves/ Amazonia Real



Foto: Milene Alves/ Amazonia Real

desempenha um papel vital no fornecimento de água limpa e no sequestro de carbono.

A hiperdominância de algumas espécies, presentes tanto na Amazônia quanto no Cerrado, evidencia os riscos que ambos os biomas correm de perder espécies devido à fragmentação, ao desmatamento e às mudanças no uso da terra.

"Quando tantos processos ecossistêmicos estão concentrados em cerca de 30 espécies individuais, significa que, se esse sistema for interrompido, por exemplo, por meio de mudanças climáticas, dependendo de como essas espécies responderem a essa interrupção, haverá o risco de perder espécies essenciais para manter a funcionalidade da savana como tal", disse o coautor do estudo, Ted Feldpausch, da Universidade de Exeter, na Inglaterra.

Como apenas 30 espécies dominam o Cerrado, sua estabilidade e seu funcionamento são muito limitados. Mas Feldpausch explica que o

foco nessas espécies pode ajudar os pesquisadores a entenderem como esse vasto ecossistema funciona.

"Isso nos ajudará na conservação, sabendo onde encontramos maior e menor diversidade; ajudará no manejo – saber, por exemplo, se essas espécies são mais ou menos adaptáveis ao fogo; e, se estivermos tentando restaurar áreas, entender se essas poucas espécies também ajudarão nisso", diz Beatriz Marimon, da Unemat, e coautora principal do estudo.

A PRAÇA DA MATRIZ

A importância dessas espécies utilizadas como matrizes e apon-tadas no estudo como hiperdominantes é tão grande que a Rede de Sementes do Xingu decidiu plantar suas próprias árvores para evitar o que aconteceu com o jatobazal destruído por fazendeiros.

"A rede teve que escrever projetos e coletar recursos para trazer as árvores para perto dos coletores, para dentro

das aldeias, dentro dos assentamentos e até dentro da cidade", diz Milene. "Em Nova Xavantina, a gente tem uma praça onde investimos para fazer uma área de fonte de semente."

Plantar as próprias matrizes foi necessário porque coletores estavam tendo que ir cada vez mais longe em busca de espécies antes fáceis de encontrar.

"Antes eu coletava aqui na cidade, a 20 ou a 10 quilômetros de distância de casa, agora eu tenho que percorrer muito mais longe, até 80 quilômetros, em outro município, para poder encontrar aquela espécie para conseguir as sementes", diz a bióloga e coletora.



Lázaro Thor Borges – Jornalista formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Trabalha como repórter investigativo em Cuiabá (MT). Escreve sobre questões socioambientais na Amazônia Legal e no Cerrado. Matéria publicada originalmente em: <https://amazoniareal.com.br/coletores-de-sementes-do-cerrado-tentam-evitar-destruicao/>



Foto: Santiago Mazzarovich/ adhocFOTOS/ Reprodução

O REINO DO MEDO

Eduardo Galeano

Hoje [26 de junho] é o Dia contra a Tortura.

Por trágica ironia, a ditadura do Uruguai nasceu no dia seguinte, em 1973, e transformou o país inteiro numa grande câmara de torturas.

Os suplicios serviam pouco ou nada para arranjar informação, mas eram muito úteis para semear o medo, e o medo obrigou os uruguaios a viverem calando ou mentindo.

No exílio, recebi uma carta anônima:

*É foda mentir, e é foda se acostumar a mentir.
Mas pior que mentir, é ensinar a mentir.
Eu tenho três filhos.*



Eduardo Galeano
(1940-2015) - Escritor,
em *Os Filhos dos Dias*.
Editora L&PM, 2012.





Foto: Brahim Guedich / Wikimedia Commons

A DIÁSPORA PALESTINA NA AMÉRICA LATINA

Emir Sader

Com esse título, foi publicado um excelente livro de Ahmad Alzoubi, pela Editora MEM, sobre o tema enunciado no título. O livro busca observar como essas práticas buscam compensar uma cobertura amparada numa fórmula única e desgastada acerca da Palestina, recorrendo aos preceitos do jornalismo humanitário e de paz.

Buscou-se compreender, de maneira aprofundada, como a diáspora palestina, com suas formas de comunicação, não apenas tem conseguido ir muito além da abordagem e do discurso da mídia convencional, como tem buscado fortalecer o seu laço cultural e histórico com a Palestina.

A hipótese em que o livro se assenta é de que a falta de solução para a questão palestina exerce forte influência sobre os que imigraram e reforça um sentimento de pertencimento que perdura no tempo.

Há uma falta de representação das vozes palestinas no jornalismo latino-americano, que sofre também com o número crescente de jornalistas palestinos mortos nos últimos vinte anos. Importante também levar em conta que a mídia representa vozes hegemônicas.

Além disso, o jornalismo sobre a questão palestina ainda carece de maior contribuição acadêmica, por meio da adoção de progra-

mas específicos nas faculdades de comunicação social.

O início do projeto sionista se dá pelo deslocamento e pela expulsão dos palestinos. O argumento para ocupar a Palestina no início do século XIX a descrevia como “uma terra sem povo para um povo sem-terra”.

Os judeus na Palestina não ultrapassavam 2% da população total. Os árabes e os muçulmanos do século XIX não eram hostis ao sionismo.

A grande revolução palestina se iniciou, em 1937, com uma greve geral considerada a mais longa do século XX contra o colonialismo ocidental. Expressava o desejo de independência e seu ódio pelo estabelecimento de um lar nacional para os judeus.

Nos eventos conhecidos como Nakba (catástrofe), os sionistas expulsaram três quartos de milhão de palestinos, ocupando suas terras, seja por meio da intimidação ou pela força das armas.

Essas incursões causaram choque e destruição do equilíbrio social da extensa família palestina e foram causa de migração e expulsão forçada, devido ao horror das agressões e à propagação do pânico.

Os palestinos foram expulsos das aldeias do centro e do norte da Palestina e, depois disso, tentaram voltar às suas aldeias

e cidades, exercendo o direito de retorno, apoiado na resolução das Nações Unidas.

Os refugiados tentaram voltar para suas casas, mas não conseguiram, e Israel passou a atacar qualquer um que pensasse em retornar, considerando que eles representariam uma ameaça para o Estado de Israel.

Para desencorajá-los a regressar, os israelenses passaram a lançar ataques indiscriminados para intimidar, incutir medo, fazê-los deixar Gaza e sair da Palestina. Esta é a situação atual do genocídio de Israel contra a Palestina.

#PalestinaLivre



Emir Sader - Sociólogo. Conselheiro da Revista Xapuri. Fonte: <https://www.brasil247.com/blog/a-diaspora-palestina-na-america-latina>

UMA BOLSA VITALÍCIA PARA MESTRES E GUARDIÕES

Altair Sales Barbosa



Foto: Prefeitura de Olinda/ Wikimedia Commons



Sabina Parto Bom, que vivia lá no rumo do Tabuleiro do Veio João, andava sempre se gabando pelos quatro cantos, que nenhum menino ou menina, aparados por ela, veio a falecer. Todos cresceram fortes, trabalhadores, bonitos e bonitas.

Dizia ainda que ensinara sua arte para sua filha, que teve o mesmo êxito da mãe, embora sua arte de aparar fora abreviada pela criação na cidade de um posto de saúde, porque as pessoas resolveram dar à luz neste posto.

A filha de Sabina continuava curando as crianças de defluxo, obradeira, intestino preso, dor do estômago e tantos outros males, com ervas do campo, que aprendera a usar com sua mãe. Foi assim durante toda sua vida.

Ano passado, caminhando pelo centro da cidade, vi duas pessoas catando pedaços de isopor, que sujavam as ruas da cidade. Pouco tempo depois, quase que como num milagre, vi aquelas pessoas, expondo as peças de isopor, que haviam sido transformadas em animais nativos e em até réplica de fósseis.

Caminhando pela feira, uma coisa encantadora cintilava os meus olhos, tratava-se de uma maquete onde se via um pequeno arraial, com suas casas típicas, centros de serviços, igreja e bares, todos feitos com capricho em papelão usado, mas finamente pintados e decorados, que mais pareciam a beleza da joia de um diamante.

Mais adiante, embebecido do espírito de uma criança, viajava nas histórias dos teatrinhos de fantoches e mamulengos. Quando percebi, quase que como num sonho, parece que não me encontrava neste mundo. Estava rodeado por moringas, potes, esculturas em cabaças, cerâmicas e em tocos velhos de madeira, que até cheguei a vislumbrar num deles o rosto de algum profeta.

Tudo era motivo de alegrias, com tantas criatividades, eram tintas feitas de vegetais e minerais. Aviões e carrinhos feitos dos talos de buriti. Mais adiante um carro de boi, com seis juntas, com fueros,

rodas, cangas, até uma pequena cabaça e um ponteiro com ferrão.

Papéis com desenhos mostrando rios que corriam pelos campos e florestas. Até um olho d'água, feito com material descartado, que, de tão real, despertava sede na gente. Um cordão com quadros de xilogravura, impressos na hora, num antigo prelo.

Logo me veio a lembrança das bonecas de pano, que minha mãe ganhava de alguma amiga e que acariciava o sono das minhas irmãs.

No centro desse redemoinho de belezas, um certo pensamento erudito começou invadir a minha mente e me impulsionar a pensar no conceito de cultura, com indagações do tipo: como seria classificada a cultura, que representava aquele universo?

Hesitava em rotulá-la como cultura popular, por ser este um termo genérico, referente ao que esteja associado ao povo. Pensei também em caracterizá-la como uma cultura recheada de oralidade e sedimentada em hábitos, crenças, artes, folclore, tudo sem regras rígidas, mas percebi que não era só isso, ainda faltava algo, que naquele momento ainda não conseguia captar.

Me lembrei do conceito de Paulo Freire, que em síntese ressalta que cultura é a natureza transformada pelo homem em objeto de sua extensão. Mas percebi que o que presenciava ia além. Tinha alguma coisa, que estava lá, mas não conseguia ver.

Pensei na adaptação, associação e ideologia, estrutura de cultura trabalhada por Darcy Ribeiro, mas também percebi que o universo do material exposto na feira transcendia essa dimensão.

Garimpei conceito de Antropologia, dissecado por Ruth Benedict – *Anthropogy is the study of humans beings as creatures of Society*, mas também não fiquei satisfeito, porque quase que completo o conceito de Antropologia trabalhado por Benedict ainda não espelhava a visão de globalidade que eu buscava.

Era como se fosse geração espontânea, que ninguém consegue explicar, mas que existe no campo cultural. Por isso, ficava e fico em dúvida quando

um detentor de certo pensamento erudito é obrigado a exigir do autor de uma ideia *sui generis*, uma bibliografia, ou usar a desgastada expressão, de acordo com fulano etc. etc.

Foi então que me lembrei dos ensinamentos de Câmara Cascudo, que sempre era firme em dizer: Ninguém estuda pré-história, história natural, geologia, pelos componentes, reduzindo ao material examinado o destino da análise especulativa. Se essa constelação inteira não se destina ao esclarecimento do Homem através da quarta dimensão, o sonho é apenas sono, entorpecimento cultural, esplendor de erudição inútil.

Se não entendermos toda a trajetória dos caminhos do *Homo-sapiens-sapiens*, nunca iremos entender que somos portadores, interpretes, agentes e reagentes no tempo e no espaço.

Assim deve ser visto o produto dessas pessoas, que fazem da vida um sonho de felicidade. Sua cosmovisão guia mestres, artesãos e guardiões de uma cultura que extrapola a visão do comum que só é percebida por pessoas sensíveis compreensíveis da grandeza da humanidade total.

Eles, que durante a semana ensinam seus ofícios para as crianças nas escolas e, nos fins de semana, procuram vender seus produtos na feira, para a vida continuar, de tanto sonhar esqueceram da sedução irresistível do futuro.

Hoje vivem por aí, nos cantos dos lugares, não cantando como faziam, mas catando para viver.

Para esses guardiões que vieram de outras galáxias, cabe hoje ao poder público dar um mínimo de dignidade, quem sabe através de uma bolsa vitalícia pelos sonhos que despertaram em todos nós.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis. Conselheiro da *Revista Xapuri*. Excerto de *Cerrado – a constelação do meio-dia*. Editora América Ltda, 2022.

O BARROCO E AS LADEIRAS

Antenor Pinheiro, especial de Ouro Preto, Brasil

Subir as ladeiras de *Ouro Preto* é como caminhar pelas páginas vivas de um livro antigo, onde cada pedra do calçamento sussurra segredos de séculos passados. As casas coloniais, com janelas de guilhotina e varandas floridas, parecem nos observar em silêncio, cúmplices das histórias que ali repousam. Ali, o tempo não anda - ele desliza, feito neblina ao amanhecer, contornando o relevo irregular da cidade. As ladeiras não foram obra de engenheiros modernos, mas sim da própria serra, que impôs seu ritmo e seu relevo aos sonhos dos homens. Foram os pés calejados de tropeiros, mineradores e escravizados que moldaram o chão, curva por curva, degrau por degrau, na cadência da geografia imposta. E lá no alto, como sentinelas da fé e da paisagem, erguem-se as igrejas. Majestosas. Sagradas. Erigidas não só para tocar o céu, mas para mostrar que, mesmo nos vales do sofrimento e da dureza da mineração, havia beleza - e ela se traduzia em ouro nas talhas, em pedra-sabão nas curvas, em sinos que ainda hoje ressoam. As igrejas de *Ouro Preto* não são apenas templos. São bússolas. De onde quer que se olhe, elas apontam o caminho, orientam os passos e a alma. O barroco mineiro, ali instalado com toda sua glória, parece ter nascido do próprio relevo: sinuoso, dramático, exaltado. *Ouro Preto* é uma cidade que não se visita apenas - se sente.

Em cada ladeira vencida com fôlego curto, o visitante se curva diante da geografia e da história. Em cada igreja avistada entre os telhados



vermelhos e marrons, o coração se eleva um pouco mais. Talvez seja isso que faça de *Ouro Preto* um lugar eterno: a perfeita harmonia entre o que a natureza criou e o que o homem ousou construir. Como se a fé

precisasse mesmo de um morro alto para se encontrar com o céu.



Antenor Pinheiro -
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.

O DESAPARECIMENTO DO BUSTO DE PEDRO LUDOVICO

Jucelina de Moura Lôbo e Marco Aurélio Bernardes

Em outubro de 1934, o interventor Pedro Ludovico esteve em visita a Formosa. O então prefeito Antônio Jonas de Castro decretou feriado municipal os dias que o interventor permaneceu na cidade, e também o dia seguinte de sua partida.

A admiração por Pedro Ludovico pela elite e autoridades formosenses era grande. Para prestar uma homenagem ao governador, mandaram erguer um pedestal com seu busto na praça do Jardim em frente à prefeitura.

O povo formosense criou uma grande expectativa em relação ao governador do estado, achava que a cidade seria contemplada com maiores recursos financeiros devido à proximidade da nova capital.

Não passou muito tempo, para a juventude daqui ficar desapontada com o interventor Pedro Ludovico. Volta e meia, o busto do governador se encontrava virado para o lado oposto.

Segundo [a professora] Isabel Cristina, os jovens viravam o busto para o norte porque Pedro Ludovico olhava somente para o sul do estado. E colocando o busto para o norte, o interventor daria as costas para Goiânia.

A primeira vez que o busto foi encontrado virado para o norte os rapazes formosenses, que pertenciam à UDN, foram intimados e trancafiados nas selas da cadeia.

Algum tempo depois, arrancaram o busto e jogaram na cisterna que havia na praça. Quando o busto foi encontrado, foi recolocado no pedestal, mediante solenidade. Novamente o busto foi encontrado de um jeito não muito agradável.

Em uma manhã, o sacristão que ia tocar o sino no campanário da Igreja Matriz deparou com o busto do interventor enforcado nas cordas do sino. Depois desse episódio, o busto certamente foi muito bem escondido em alguma das dependências da prefeitura, ninguém mais ouviu falar dele.

Homenagem

USO EXCLUSIVO
DA BIBLIOTECA

DO POVO DE FORMOSA



AO PRECLARO INTERVENTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA



Jucelina de Moura Lôbo - Historiadora. Escritora, em "Formosa em Retinas Usadas", 2006.



Marco Aurélio Bernardes - Historiador. Escritor, em "Formosa em Retinas Usadas", 2006.





TROCAR OS NÚMEROS POR PALAVRAS: PODE ISSO, ARNALDO?

José Bessa Freire

– Será que um estatístico, que mexe com números e modelos matemáticos, tem condições de usar a linguagem das palavras para fazer literatura? Pode isso, Arnaldo?

Pode sim. O criador da teoria dos conjuntos, Georg Cantor, se refere à ponte construída entre a matemática e a poesia, que nos permite apreender a beleza e a estrutura de modelos matemáticos com uma abordagem lúdica e criativa. Ele garante que “a essência da matemática é a liberdade”.

Beleza e liberdade garantem que não existe reserva de mercado para o exercício da literatura. Se o estatístico liberta sua criatividade e imaginação e domina a linguagem escrita, ele pode transmitir suas experiências, sentimentos, ideias com maior ou menor qualidade. Com admirável qualidade literária no caso do livro *Do pensamento Qui-quadrado a uma vida normal*.

Seu autor, Geraldo Lopes de Souza Junior, 48 anos, mestre em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entrou no paraíso que Cantor criou. Escolheu entre os gêneros literários a autobiografia, que é um reencontro com sua memória reconstruída

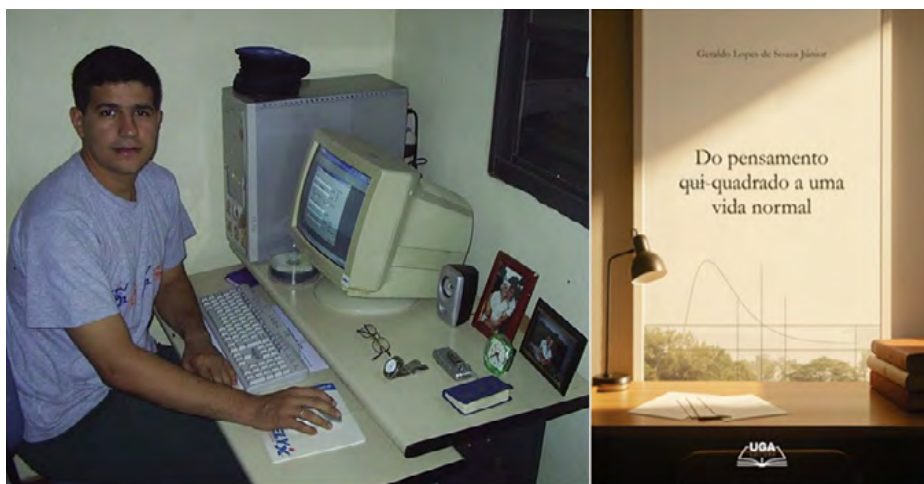
do nascimento, em Niterói, passando pela infância em Manaus, a formação acadêmica, para o qual contribuíram – Max, Carlito e Moisés – e o exercício da profissão nos dias atuais.

Suas reflexões estão ancoradas na obra de notáveis pensadores. Dois deles orientam cada capítulo através de epígrafes: o holandês Spinoza (séc. XVII), excomungado pelo poder da Sinagoga por criticar dogmas, e Paulo Freire, preso, perseguido e exilado pela ditadura militar-empresarial do Brasil. Mas não são os únicos. Ele recorre também ao pessoal bom de cálculo.

Se esquecemos o passado, ele volta.
Spinoza – 1668

A RUA, A VIZINHANÇA

A matemática, presente ao longo do livro, nos ensina que “a vida é desordenada e imprevisível da mesma forma que a estatística, que é a arte de lidar com a incerteza” – escreve o autor. Tais incertezas estão presentes desde sua infância naquela Manaus que se foi, mas também na sua idade adulta nessa outra Manaus que



AS FASES DA VIDA

nas últimas eleições presidenciais despejou nas urnas uma pororoca de mais de 62% dos votos no Coiso.

Sua história de vida é contada em 18 capítulos curtos, cada um dando conta dos sonhos, escolhas, indecisões, aventuras, transgressões, posturas políticas, relações com pais, família, avó, filhos, amigos, instituições e convivência com os vizinhos.

Na rua, eram trinta casas *“repletas de histórias, gestos e aprendizados que moldaram minha infância e adolescência”* – ele escreve, reconhecendo implicitamente que aprendeu muito sobre a natureza humana, observando a vizinhança sempre solidária. A exceção era a vizinha de muro apelidada de “Maligna”, que furava toda e qualquer bola que caísse em seu quintal.

Em alguns casos, a realidade superava a ficção. Um exemplo: a família, que faria inveja à imaginação de Gabriel García Márquez, não hesitou em batizar as três filhas com os nomes de Kenyellen, Katyellen e Karyellen. Quando li, perguntei ao autor se era ficção. Não era.

Nessa época, a vizinhança era sadia e não estava na UTI. Hoje, o vizinho morreu e seu atestado de óbito foi assinado pelo poeta Aldísio Filgueiras:

*E os vizinhos
moram tão longe
vivem
e morrem tão longe
como se eu não pudesse
ouvi-los respirar
no endereço ao lado.*

As memórias do escritor estatístico dissecam diversos períodos: infância, juventude, idade adulta. Destaque para as brincadeiras infantis na rua, que *“não era um simples endereço, era o lar eterno”*, assim como para suas expectativas no período denominado por ele de *Qui-Quadrado*, no qual registra a dissonância entre o que esperamos e o que realmente acontece.

A originalidade da escrita reside em grande medida no fato de que as reflexões sobre a vida estão quase sempre apoiadas em modelos estatísticos e em considerações filosóficas, que iluminam o caminho percorrido,

como na questão da igualdade de gênero relativa à divisão de tarefas com as irmãs e os irmãos em sua casa, dentro da qual diariamente se discutia a justiça social e os embates políticos e sindicais. E qual é a função dos estatísticos no texto literário?

Se alguém me perguntasse no mês passado quem é Weibull, Poisson e Bernoulli, eu responderia: “Nunca os vi mais gordos e, para falar a verdade, nem mais magros”. Hoje, graças ao meu interesse pela literatura e à minha curiosidade de fofoqueiro que me levaram a ler o *Qui-Quadrado*, eu diria que esses três pesquisadores criaram distribuições de probabilidades capazes de apimentar e elucidar a narrativa em cada fase da vida.

O matemático suíço Jacob Bernoulli (1655-1705) realizou em sua época trabalho pioneiro, criando um conceito central na estatística e na análise de dados usados em diversas áreas do conhecimento, para descrever a probabilidade de sucesso ou fracasso. A fase Bernoulli ajuda a entender a passagem do autor pelo Rio de Janeiro e por Belo Horizonte.

PATERNIDADE E PROFISSÃO

Já Waloddi Weibull (1887-1979), engenheiro e matemático sueco, criou uma ferramenta usada em



Fotos: TaQuiPraTi



probabilidades e estatística, capaz de fazer algumas previsões com base em dados disponíveis. A fase Weibull registra o encontro com Graziela, sua amada, o nascimento dos filhos, cuja educação é produto de profundas reflexões sobre as formas de relacionamento com eles.

É nesta fase que o autor manifesta a contradição permanente entre o tempo dedicado ao exercício da paternidade e sua realização como profissional na Secretaria Municipal de Saúde como estatístico. Não é fácil chegar ao equilíbrio. Lança ainda um olhar crítico sobre a questão ética, com uma autocobrança excessivamente rigorosa. Sobre a relevância social do seu trabalho, conclui:

– O que antes via como uma disciplina fria e técnica – a Estatística – se revelou como uma ferramenta poderosa, capaz de transformar

profundamente a atenção primária de saúde em Manaus.

Outra fase que norteia um capítulo é aquela baseada em Simeon Poisson (1781-1840), matemático e físico francês, que descobriu a probabilidade de um determinado número de eventos ocorrer em um intervalo fixo de tempo ou espaço. Isso permitiu estudos inclusive na área jurídica como demonstrado por Poisson em sua *“Pesquisa sobre a probabilidade em julgamentos sobre matérias criminais e civis”*.

No exercício de sua profissão, o escritor Geraldo Júnior revela que se sentia preso a uma equação de Poisson, onde os eventos se multiplicavam e escapavam a seu controle, não permitindo que administrasse os seus impactos.

Para não dar spoiler, deixo a leitoras e leitores o prazer de navegar

por esse texto de leitura agradável, despretenso, mas com profundas reflexões, que podem nos ajudar a olhar a nossa própria trajetória de vida. A ele cabe a frase retomada pelo escritor argentino Júlio Cortázar, quando perguntado por que escrevia.

– Escrevo para descobrir o que estou pensando.

Efetivamente, na medida em que o escritor coloca suas ideias e sentimentos no papel, produz um conhecimento sobre si mesmo, desenreda alguns mistérios que o afligem e descobre novos mundos. Esperamos que esse seja o primeiro de outros escritos que certamente virão. Queremos saber o que ele continua pensando.



José Bessa Freire – Cronista. Professor. Indigenista. Conselheiro da *Revista Xapuri*. Publica suas crônicas em www.taquiprati.com.br.





FETEC PEDE FIM DE FINANCIAMENTOS PARA PROJETOS QUE DESTROEM O MEIO AMBIENTE

No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) lançou um apelo ao sistema financeiro, principalmente aos bancos públicos: que parem de financiar os projetos de destruição ambiental, ressaltem a importância da participação dos trabalhadores na COP 30 e façam um chamado à sociedade para aumentar a mobilização e barrar o PL da Devastação, em tramitação no Congresso Nacional.

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído em 1972 pela ONU (Organização das Nações Unidas) para reforçar a importância do Meio Ambiente e reforçar a necessidade de ações coletivas globais para reverter e solucionar os problemas ambientais do planeta. Este ano, a ONU definiu como foco o combate ao plástico. A cada minuto, o equivalente a um caminhão de lixo de plástico é jogado em nossos oceanos.

"A COP 30 tem tudo a ver com o Dia Mundial do Meio Ambiente, porque a conferência vai exatamente discutir a implementação de proteção do meio ambiente e alternativas para barrar a destruição do planeta e, junto com ele, a destruição de todas as espécies vivas, inclusive nós homens e mulheres", alerta Vera Paoloni, uma das coordenadoras do Coletivo de Meio Ambiente da Fetec-CUT/CN. "E, como no filme Titanic, quem está na base da pirâmide é que vai sofrer os impactos mais sérios, seja com a elevação da temperatura dos oceanos e da atmosfera, a mudança dos ventos, as queimadas, a seca dos rios, as enchentes".

"Então, lançamos um grito: parem de financiar a devastação. Parem de tramitar esse projeto de lei da destruição que está no Congresso Nacional, porque ele significa o fim da espécie humana e de todos os seres vivos. O planeta com certeza vai se regenerar, mas será sem nós, seres humanos. Então, parem urgentemente de nos matar. Esse é o grito dos movimentos sociais para a COP 30, para que evitemos a nossa eliminação", acrescenta Vera Paoloni, que

também é vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e presidente da CUT-PA.

BANCOS PRECISAM PARAR DE FINANCIAR PROJETOS DE DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Almir Araújo, também coordenador do Coletivo de Meio Ambiente da Fetec e presidente do Sindicato de Rondonópolis, defende a necessidade de a categoria e toda a sociedade pressionarem os bancos, principalmente os públicos,

a interromperem o financiamento de projetos que provoquem desmatamento, poluição dos rios, aquecimento da atmosfera e a destruição do meio ambiente.

"Nós, como representantes dos trabalhadores do sistema financeiro, uma das nossas preocupações é que os bancos públicos financiem projetos que realmente beneficiem os projetos voltados para proteção do meio ambiente. Que cumpram o papel social e fomentem mais as políticas públicas de proteção do meio ambiente. É preciso barrar a política, principalmente dos bancos privados, de aprovar financiamentos em áreas griladas e de desmatamento. Essa será uma das nossas preocupações na COP 30", informa Almir Araújo.

DERRUBAR O PL DA DEVASTAÇÃO

O diretor da Fetec José Avelino Barreto Neto, outro coordenador do Coletivo de Meio Ambiente, vê com preocupação a tramitação do chamado "PL da Devastação" no Congresso Nacional, que propõe mudanças profundas no processo de licenciamento ambiental.

Para ele, "o PL é um grave retrocesso e vai na contramão de todas as políticas de proteção ambiental e do espírito da COP 30. Por isso é importante aumentar a pressão sobre os parlamentares para que retirem o projeto de tramitação".



Fonte: Fetec-CUT/CN





Foto: Carlos Henrique Silva / Comunicação CPT Nacional

VOLKSWAGEN ACUSADA DE TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA

Gilney Viana

Em 2019, o padre Ricardo Rezen-de Figueira entregou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) um dossiê com mais de 600 páginas, com documentos, depoimentos e descrições das violações dos direitos trabalhistas e, mais que isso, das graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais pela empresa Volkswagen, através da sua subsidiária Cia. Vale do Rio Cristalino, no estado do Pará, Amazônia. Sintetizando: a empresa símbolo do capitalismo alemão do século XXI praticava o trabalho escravo, do século XIX.

O MPT estudou e decidiu abrir um procedimento investigatório. Como de praxe, na Justiça Trabalhista tentou um acordo, rejeitado pela empresa. Agora, em 30 de maio de 2025, na sede da Justiça do Trabalho do município de Redenção, PA, aconteceu a última audiência. Presentes, na condição de observadores, os deputados Reimont (PT/RJ) e Tarcísio Mota (PSOL/RJ), respectivamente presidente e membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Igualdade Racial, da Câmara Federal, e representantes da sociedade civil, como Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, e Comissão Camponesa da Verdade.

Impressionante a altivez e coragem dos trabalhadores rurais ouvidos relatando os fatos, desde a mediação dos “gatos”, que os levavam de Porto Alegre do Norte (MT) até a fazenda, no então município de Santana do Araguaia (PA), expostos ao sol e chuva sobre carrocerias de caminhonetes; o ritual de entrada na fazenda: diante da guarita armada, só entrava quem era entregue pelo “gato” e submetido à punção venosa (para verificar se não portava malária), levados diretamente ao campo onde levantavam sua própria barraca e preparavam seus próprios alimentos com os mantimentos comprados na “cantina” da fazenda, na qual não tinham acesso às suas contas, que nunca tinham créditos; vigiados por empregados armados, não tinham autorização de sair da fazenda, sob risco de serem caçados pelos modernos “capitães do mato”.

Importante o testemunho do ex-deputado estadual pelo PT de São Paulo, Expedito Soares, que investigou as denúncias, provocando, naquela época, a ida de uma grande comitiva de autoridades e convidados até a fazenda – organizada pela própria Volkswagen – incluindo o seu presidente e, como convidado, o padre Ricardo.

A fala do padre Ricardo, na condição de testemunha, foi conclusiva, a fazenda da Volkswagen não era apenas um campo de trabalho escravo; era um campo de concentração.

Depois de tão graves acusações, todas as pessoas presentes ficaram pasmas diante da mudez do representante da Volkswagen sobre o mérito das questões, se resumindo a relembrar que a empresa tinha celebrado um Termo de Ajuste de Conduta com o MPF, MPT e Ministério Público Estadual de São Paulo, em setembro de 2020, reconhecendo sua colaboração com a repressão política durante a ditadura militar e sua obrigação de pagar 36,2 milhões de reparação aos seus empregados e outras destinações reparatórias.

Não se trata apenas da necessária e adequada reparação material, a anterior e a futura, decorrente deste processo perante o MPT. Trata-se também de reparação moral para as vítimas imediatas e para a maioria da sociedade brasileira, que não suporta a impunidade das empresas que colaboraram com a repressão policial durante a ditadura militar.



Gilney Viana – Ambientalista, membro da Comissão Camponesa da Verdade e do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



ENTRE ATAQUES E AVANÇOS, A LUTA PELO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Iolanda Rocha

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, instituído há 53 anos, em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), marca o início de uma mobilização internacional em torno da preservação do Planeta Terra e das condições dignas para o ser humano sobreviver em meio a tantos ataques.

Entretanto, o cenário ambiental tem se deteriorado. Em resposta, ao longo das últimas décadas, organizações civis, cientistas, ativistas e trabalhadores têm se articulado em diversas frentes de luta para barrar a destruição ambiental.

A criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela ONU, é uma das respostas internacionais à crise. Os ODS apontam para um modelo de desenvolvimento centrado na justiça social, na igualdade de gênero, na erradicação da pobreza e na preservação do meio ambiente.

No entanto, essas diretrizes enfrentam sérios obstáculos no Brasil. Em tempos recentes, episódios envolvendo ataques à minis-

tra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, evidenciam o embate entre políticas públicas sustentáveis e interesses econômicos ligados ao agronegócio, aos madeireiros, às mineradoras, entre outros interesses.

Marina Silva tem sido alvo de críticas e agressões verbais por não ceder a pressões de parlamentares que defendem a flexibilização das leis ambientais em favor do lucro, mesmo que estas comprometam a sobrevivência da comunidade de vida no Planeta.

O Brasil segue sendo o segundo país que mais mata defensores do meio ambiente no mundo. Entre as vítimas estão lideranças indígenas, quilombolas, camponeses e socioambientalistas como Irmã Dorothy Stang, Dom Phillips e Bruno Pereira, assassinados por protegerem vidas e territórios.

Outro ponto de atenção é o avanço do Projeto de Lei 2.159/2021, aprovado no Senado, que enfraquece o licenciamento ambiental e tornou-se conhecido como PL da Devastação. Este projeto de lei não pode ser sancionado, pois representará

um dos maiores retrocessos da história recente da política ambiental brasileira. Manifestações estão ocorrendo pelo Brasil inteiro para denunciar esses absurdos.

Neste ano de 2025, ocorrerá no Brasil a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que depois de tantos tratados internacionais visa fortalecer os países em defesa do cumprimento dos acordos que possam dar uma resposta emergencial às mudanças climáticas. A COP 30 ocorrerá dentro da Amazônia e deverá discutir a importância dos biomas brasileiros para o resto do mundo, além de temas fundamentais para o enfrentamento às emergências climáticas.

É preciso que a sociedade brasileira esteja vigilante e mobilizada. A preservação da vida no planeta depende do enfrentamento coletivo à destruição ambiental, da valorização dos povos originários e tradicionais e fundamentalmente da exigência de políticas públicas comprometidas com um futuro sustentável e justo para todos e todas.



Iolanda Rocha – Educadora. Socioambientalista. Conselheira da Revista Xapuri.





UMA PARCERIA PELA SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE

Marcos Jorge Dias

Era para ser um dia comum no Tribunal de Contas do Acre. Mas, na atual gestão, sob a presidência da conselheira Dulce Benício, nenhum dia é comum.

No dia 3 de junho, o TCE-AC deu início à programação da Semana do meio ambiente e, para reafirmar seu compromisso em aprimorar a Política Institucional de Sustenta-

bilidade (social, ambiental e econômica) nas rotinas administrativas da Corte de Contas, a presidente recebeu com um café da manhã, as trabalhadoras e trabalhadores da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Acre – Catar, com quem o TCE-AC tem estabelecida uma parceria para coleta seletiva.

Além da agenda cotidiana com gestores das instâncias federal, estadual e municipal, representantes dos movimentos sociais e cidadãos comuns, a quem sempre acolhe com gentileza e generosidade, a presidente Dulce está sempre em movimento, em busca de diálogo com a sociedade e conectada com as demandas da população menos favorecida.

Ao receber a equipe da cooperativa em seu gabinete, a presidente do TCE reconhece e valoriza o papel imprescindível desses profissionais como agentes ambientais na luta pela conservação do meio ambiente, no trabalho de redução da poluição e no desenvolvimento sustentável local.

CATAR - RENDA E DIGNIDADE

Criada em 20/05/2006 como Associação da Catadores de Recicláveis, A Catar é um exemplo de organização que deu certo e, enquanto Cooperativa, se consolidou em um segmento econômico invisibilizado e que enfrenta preconceitos pelo fato de as pessoas considerarem “lixo”, os resíduos recicláveis.

Segundo o presidente da Catar, Pedro Moraes (59), atualmente a cooperativa é composta por 9 mulheres e 4 homens. “Quando o negócio melhora mesmo, a gente trabalha direto e ganha de R\$ 1.200 a R\$ 2.000. Mas já teve mês de a gente retirar até R\$ 3.000. É com essa renda que sustentamos nossas famílias”, disse Moraes, com orgulho.



Foto: Marcos Jorge

Para quem não conhece a rotina da Cooperativa, Pedro explicou que o trabalho é feito de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h00. Mas, se for preciso, trabalham aos sábados também. Quanto à logística, funciona da seguinte maneira: as instituições parceiras (Tribunal de Contas, Secretaria de Saúde, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Educação, Suframa, Ministério da Agricultura e outros) mandam seus resíduos

sólidos para a sede do Catar ou estes são recolhidos pelo caminhão da cooperativa ou pelo da empresa de coleta seletiva, contratado pela prefeitura de Rio Branco.

Quando chegam ao galpão (sede do Catar), os resíduos são selecionados, limpos e organizados por segmento: eletroeletrônicos, garrafas pet, papel e papelão.

Depois, são empacotados, ensacados ou compactados para serem vendidos às empresas, em sua maioria de São Paulo, ou a sucatões locais, que atuam como “atravessadores”.

Cada material tem seu valor de mercado. Atualmente uma tonelada de papelão é vendida por R\$ 550,00; o quilo de eletroeletrônicos a R\$ 38,00 reais; o alumínio a 7,00 reais e o ferro a R\$ 0,70 centavos, o quilo.

Valores que aparentemente não são significativos, mas que, na soma, geram às cooperativadas uma renda que lhes permite uma vida digna.



Marcos Jorge Dias - Jornalista, Conselheiro da *Revista Xapuri*. Com a colaboração de Cristina da Silva.



Foto: Marcos Jorge

HORTA

AGROFLORESTAL

NO CED VARGEM BONITA, A NATUREZA ENSINA

Diante do aprimoramento das tecnologias e da rapidez que caracteriza esta fase do desenvolvimento da humanidade, a natureza e o meio ambiente continuam a dar lições de que o que é realmente necessário sempre esteve ao alcance das mãos. Como diz a música cantada por Luiz Gonzaga: “quem colhe fora do tempo não sabe o que o tempo dá”.

No CED Vargem Bonita, muitas lições têm sido construídas coletivamente e socializadas a partir do projeto Horta Agroflorestal, realizado na escola desde o segundo semestre de 2024. Desenvolvido em diversas etapas, o projeto contou com recursos de emenda parlamentar, destinada pelo deputado distrital Gabriel Magno (PT), e com o apoio da empresa Docce Seiva Educação Ambiental, na pessoa do agroecólogo Luigi Gerodetti Barbieri.

A escola se localiza em uma região do Distrito Federal que reúne muitas chácaras, onde boa parte dos estudantes vive. Assim, muitos deles já tinham uma vivência no trato com a terra.

Uma horta agroflorestal traz a ideia de um método de plantio consorciado, ou seja, combinando ervas, hortaliças, árvores e outras de forma integrada e sustentável. Conforma-se um sistema no qual galhos e folhas secas, por exemplo, também cumprem um papel, e as plantas se complementam em seu processo de crescimento.

Estudantes do 7º ao 9º ano do ensino fundamental participaram ativamente de todas as etapas do projeto, desde a escolha do formato que a horta teria - a opção foi pela forma de mandala - até a conclusão da implementação. Atualmente, eles e elas dão sequência às



atividades de manejo, como podas, limpeza, compostagem, cobertura de solo, colheita e reestruturação dos canteiros.

As etapas de construção da horta envolveram escuta, aulas teóricas, visitas, escolha de espécies, plantio, estrutura de irrigação. Chegada a fase da colheita, a palavra foi abundância. O resultado do trabalho abasteceu a cozinha da escola, houve distribuição para a comunidade, e ainda sobrou!

Além de alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável, o projeto Horta Agroflorestal do CED Vargem Bonita colheu outros bons resultados. “O impacto emocional do contato com a terra e de produzir seu próprio alimento é algo muito importante, que não deve ser subestimado”, afirma a vice-diretora da escola, professora Renata Maria Barbosa Araújo. “Pudemos, inclusive, notar uma mudança positiva de comportamento em

alguns alunos”, completa ela.

Os estudantes concordam. Em evento de lançamento do projeto, no último dia 23 de maio, eles destacaram como aspectos positivos a ampliação e o aprofundamento da convivência entre eles, que trouxeram, entre seus efeitos, diversão e companheirismo.

A diretora do Sinpro Gilza Camilo, que atuou na escola e hoje está aposentada, ressaltou a importância de garantir a visibilidade de projetos como esse. “Nós, das escolas públicas, temos ótimas propostas que apresentam ótimos resultados, e é importante falar sobre isso para fortalecer a ideia de uma educação de qualidade e socialmente referenciada”, opinou Gilza. “Notícias negativas relacionadas à escola pública, como a violência, são fenômenos da sociedade que se expressam também na escola. Mas é a escola pública que produz notícias positivas, que abrem caminho para uma sociedade muito melhor”.

A natureza transmite ensinamentos; e é necessário dispor de conhecimento e ferramentas necessárias para melhor potencializar esses ensinamentos e ampliar sua repercussão na sociedade. Nesse contexto, o projeto Horta Agroflorestal do CED Vargem Bonita é um belo exemplo da contribuição decisiva da escola pública.



Meu Planeta, Nossa Casa

A Horta Agroflorestal do CED Vargem Bonita faz parte do projeto “Meu Planeta, Nossa Casa”, uma iniciativa do Sinpro-DF com a Central de Cooperativas de Trabalhadores em Material Reciclável (Centcoop) e o Observatório da Inclusão Social dos Catadores. A parceria é motivada pela necessidade de mudar o comportamento da sociedade para impedir o aprofundamento das mudanças climáticas, o aquecimento do planeta e de evitar a extinção em massa de várias espécies.

Entre os objetivos do projeto, lançado em 2023, estão: colocar em curso ações que sensibilizem a sociedade sobre as atitudes que pioram o aquecimento global; e gerar emprego e renda às famílias catadoras de coleta seletiva. O “Meu Planeta, Nossa Casa” já se estende a 19 escolas, e pretende alcançar toda a rede.

“Com o desenvolvimento das ações, as comunidades escolares farão sua parte na proteção do meio ambiente, e criarão condições para que toda a população disponha das informações e das ferramentas para fazer o mesmo”, destaca Rosilene Corrêa, dirigente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e uma das idealizadoras do projeto.

NIÈDE GUIDON: UMA VIDA EM DEFESA DA SERRA DA CAPIVARA

— Zezé Weiss



Foto: Paulo Vitale/VEJA/ Reprodução

Depois de muitas décadas fazendo suas longas caminhadas pelo Parque Nacional da Serra da Capivara, aos 92 anos, completados no dia 12 de março, a paulista de Jaú, a arqueóloga, professora e historiadora que revolucionou a teoria do povoamento do continente americano, Niède Guidon, foi embora do espaço físico deste mundo.

Formada em História Natural pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado na Universidade de Paris, a mulher que morava com seus cachorros em uma casa aos fundos da Fumdam, em São Raimundo Nonato (PI), deixou sua longa vida dedicada aos estudos e à proteção da Serra da Capivara, no sertão do Piauí.

Foi com base em seus estudos na Serra da Capivara que a arqueóloga passou a contestar a teoria arqueológica estadunidense de que a única via pela qual humanos teriam chegado às Américas foi pelo estreito de Bering. A teoria aponta

que a passagem, então congelada, conectou a Sibéria e o Alasca há aproximadamente 13 mil anos.

Esta tese, bastante sólida no mundo arqueológico, explica uma das formas pelas quais o continente foi ocupado. Mas, para Niède, ela não é a única. Em suas pesquisas na Serra da Capivara, a arqueóloga encontrou vestígios de presença humana que, segundo ela, datam de 60 mil a 100 mil anos.

Em 2023, o jornalista Matheus Lopes Quirino escreveu para a Mongabay (<https://brasil.mongabay.com/2023/07/niede-guidon-50-anos-na-defesa-da-serra-da-capivara-maior-tesouro-rupestre-das-americas/>), onde explica a chegada de Guidon ao Piauí:

“Niède Guidon ouviu falar em São Raimundo Nonato pela primeira vez há 60 anos, enquanto trabalhava no Museu Paulista da USP, onde fez graduação em História. À época, montava uma

exposição com fotografias de pinturas pré-históricas achadas em Lagoa Santa, Minas Gerais, consideradas as únicas do tipo no Brasil. Foi ao receber no museu o então prefeito de Petrolina que Guidon teve contato com a existência de ‘uns desenhos de caboclos’, nas palavras do homem, parecidos com os que estavam na mostra – as fotografias retratavam um abrigo sobre rochas na Serra da Capivara, no Piauí.

Guidon se animou com o que viu e, nos preparativos para conhecer o lugar, foi pega por vários contratemplos. Entre eles, o fatídico ano de 1964, primeiro da Ditadura Militar que assombrou o país, levando a pesquisadora para o exílio na França – país onde, anos antes, tinha feito uma especialização em Arqueologia Pré-histórica pela Sorbonne.

A arqueóloga só chegaria a São Raimundo Nonato em 1973, depois de oito anos em Paris. A



Fonte: FUMDHAM/360Meridianos/ Reprodução



partir daquele ano, pelo resto de sua vida, Niède Guidon seria conhecida por todos na cidade como “doutora”. Ela mudaria o destino não só de muitos habitantes da região, mas os rumos da arqueologia brasileira com muita persistência – e brigas enérgicas.”

DESAFIANDO O CONSENSO NA ARQUEOLOGIA

Em uma palestra feita durante a exposição científica *Revolução Genômica no Parque do Ibirapuera* em 2008, Guidon explicou acreditar que o *Homo sapiens* atravessou o oceano Atlântico vindo da África, uma origem diferente, portanto, da dos povos asiáticos, que teriam atravessado o estreito de Bering.

Segundo Niède, por conta de uma grande seca, os povos africanos teriam ido para o mar em busca de comida, e acabaram sendo empurrados oceano adentro

por tempestades. “O mar estava então 140 metros abaixo do nível de hoje, a distância entre a África e a América era muito menor e havia muito mais ilhas”, argumentou Niède na época, segundo registro da Revista Fapesp.

Em seu entendimento, os vestígios das pinturas e dos esqueletos encontrados no Piauí, bem como os que na década de 1970 foram descobertos em Minas Gerais, têm características morfológicas de povos africanos e aborígenes. Segundo ela, o *Homo sapiens* teria chegado ao continente há pelo menos 100 mil anos, vindo da África.

No Piauí, Niède encontrou vestígios de fogueiras no sítio arqueológico do Boqueirão da Pedra Furada, que acredita datar de 32 mil anos AP (antes do presente), tendo publicado na revista *Nature* um artigo sobre o tema, em 1986. Com esse artigo, a arqueóloga colocou em xeque a chamada Teoria de Clóvis – que data o povoamento

da América há cerca de 12 mil anos A.P., por meio da travessia do Estreito de Bering.

Até hoje suas teorias são contestadas, principalmente pela arqueologia norte-americana, mas seguem ganhando consistência, sobretudo a partir das descobertas nos campos da genética, da bioquímica e dos processos de datação propostos por ela.

UM PARQUE NACIONAL NO MEIO DO SERTÃO

“Nos primeiros anos aqui [na Serra da Capivara], percebemos que a pobreza que reinava na região nunca ia permitir proteger o legado pré-histórico do parque. Uma pessoa com fome só pensa como vai resolver o problema imediato”, conta Guidon na matéria publicada pela Mongabay.

Segundo Matheus Lopes Quirino, ela relembra o principal entrave de quando chegou ao

município de Coronel José Dias, vizinho a São Raimundo Nonato:

“A pesquisadora tinha à sua frente a dura realidade da vida dos sertanejos que, sobrevivendo à base de uma tímida agricultura, não tinham acesso a energia elétrica, educação e saúde. Debaixo de suas terras, não imaginavam o tesouro pré-histórico ali escondido: mais de 800 sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres datadas com até 12 mil anos de idade.

No decorrer do tempo, enquanto desenvolvia a pesquisa nos sítios da região junto a uma equipe de várias partes do Brasil e do mundo, Guidon começou a mobilizar autoridades, instituições públicas e privadas e políticos para olhar para a Serra da Capivara.

Seis anos depois de chegar ao interior do Piauí, em 1979, ela conseguiu que o Governo Federal criasse o Parque Nacional da Serra da Capivara, área com 100 mil hectares que abrange os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. O início de um sonho.

Mas não bastava delimitar a área. Era preciso também fazer um trabalho social no cotidiano dos moradores da região. Um dos passos mais importantes foi a criação, em 1986, da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), entidade administrativa do parque que, desde o início, teve como meta importante o desenvolvimento socioeconômico-cultural ao incluir, no Plano de Manejo, a integração da população ao entorno às ações de preservação do lugar.

Com a criação do parque, muitas famílias que habitavam a Serra da Capivara precisaram deixar a área. Niède Guidon, à época, fez o possível para realocar esses moradores em outras casas. Encarou como uma batalha pessoal o direito à moradia, mas encontrou entraves nas políticas locais, e as consequências foram diversas – dos que melhoraram de vida e aproveitaram as novas políticas, aos que perderam sua terra e foram embora. O processo é contado em detalhes no livro *Niède Guidon: Uma Arqueóloga no Sertão*, da

jornalista Adriana Abujamra, lançado em abril de 2023.”

“Falar de Niède é falar do passado, da Caatinga, do meio ambiente. Niède traz tantas histórias dentro de sua história, como o seu trabalho para empoderar as mulheres que estavam ao seu lado”, explica Abujamra à Mongabay.

Para a jornalista, a imagem da “doutora” chegando no sertão guiando uma camionete Rural, de calças jeans e sendo dona de si é algo muito simbólico. “Até hoje em dia, o Nordeste é um lugar de altos índices de feminicídio. Agora imagina, na década de 1970, uma mulher chegar ao parque em uma posição de poder. Dirigindo, contratando peões, incentivando as mulheres a se libertarem da submissão”, completa a escritora.

A PROTEÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Em matéria publicada pelo Jornal *Brasil de Fato*, (<https://www.brasildefato.com.br/atores/gabriela-moncau/>), a jornalista Gabriela Moncau (com edição de Nathália Fonseca)



Foto: Parque Nacional Serra da Capivara

explica o profundo trabalho de Niède em defesa da Serra da Capivara:

Graças, sobretudo, à atuação de Niède Guidon, em 1991 o Parque Nacional Serra da Capivara foi incluído na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco. Hoje a área é mantida em parceria com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), e o apoio de diversos órgãos, como o Ibama.

Em 2024 Guidon recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) pelos seus feitos após mais de 50 anos de estudos arqueológicos no estado, dentre eles, a criação da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), responsável pela pesquisa do acervo natural e cultural da região da Serra da Capivara. “Um legado inestimável para a ciência e a arqueologia”, segundo nota do governo do Piauí no dia de sua morte.

Em nota, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) declarou que “com coragem, rigor científico e compromisso com a educação, Niède construiu um legado que transcende a ciência”. De acordo com a pasta, Guidon “foi também uma das vozes mais firmes na defesa da valorização do conhecimento e da presença feminina na ciência”. Ela deixa, diz a nota, “uma marca indelével na história do Brasil”.

Também no ano passado, Niède Guidon foi homenageada com o nome de uma nova espécie de ave que ainda não tinha sido catalogada. Com um canto de ritmo lento e persistente, a *Sakesphoroides niedeguidonae* vive no entorno do parque que a arqueóloga dedicou a vida para proteger.

Matheus Lopes Quirino registra o sentimento de Niède, em sua entrevista de 2023:

“Sempre digo que só fiz meu trabalho e agora vejo a região mudando rapidamente, crescendo com uma importante participação da população local (...) Os jovens cada vez migram menos porque aqui acham trabalho, as iniciativas privadas aumentam a cada dia, as pessoas já não esperam que tudo venha do governo. As duas atividades que iniciamos na expectativa de um dia a região atingir o desenvolvimento, ou seja, o turismo e a apicultura, hoje caminham praticamente sozinhas e com sucesso. Ainda falta, mas me parece que agora é sem retorno. A Serra da Capivara está no mapa do mundo.”



Zezé Weiss - Jornalista. Antropóloga. Editora da Revista Xapuri.



Foto: Parque Nacional Serra da Capivara



Ilustração: Rafael Nolêto

O MITO PIAUIENSE DO FOLHARAL

Rafael Nolêto

Em algumas regiões do Nordeste brasileiro, durante os meses mais quentes, a vegetação nativa perde completamente suas folhagens, deixando as pastagens com aspecto árido. No mês de dezembro, com a chegada das chuvas, as folhas das árvores começam a brotar e o sertão é coberto pelo verde novamente.

Reza a lenda que é o Folharal quem desperta a vida no sertão, passando pelas matas da caatinga e cobrindo tudo com seu manto verde que revigora a natureza. É ele uma entidade típica do interior das matas. Não é de se manifestar muito

entre os humanos, mas pode aparecer para alertar ou punir os que provocam desordem na natureza.

Tem o poder de se camuflar, de se transformar em qualquer árvore ou cipó. Também pode fazer os invasores ficarem perdidos na mata, sem encontrarem o caminho de volta para casa. Tem o dom da cura e detém os segredos dos mistérios das folhas sagradas.

No Piaganismo (religião politeísta-pagã piauiense), o Folharal é celebrado especialmente em dezembro, durante a Festa da Vida, que ocorre todos os anos no dia 21

de dezembro na Vila Pagã (José de Freitas – Piauí). Também é honrado durante todo o período verde, enquanto duram as chuvas.



Rafael Nolêto -
Folclorista, em <https://causosassustadoresdopiaui.wordpress.com/2019/05/17/folharal/#more-14492>

NOTA DA CUT EM SOLIDARIEDADE À DEPUTADA ESTADUAL BIA DE LIMA



Foto: Helenn Reis / ALGO

Parlamentar foi vítima de ataques machistas durante sessões da Assembleia Legislativa de Goiás

A Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil) manifesta sua mais profunda solidariedade à deputada estadual Bia de Lima (PT-GO), diante dos ataques machistas, misóginos e inaceitáveis proferidos a ela durante sessões da Assembleia Legislativa de Goiás.

Bia de Lima é uma mulher trabalhadora, educadora e militante histórica das causas sociais. Sua trajetória é marcada pela luta incansável em defesa da educação pública, dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, e da democracia. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) e da CUT Goiás, onde sempre atuou com

firmeza, coragem e compromisso com a classe trabalhadora.

Repudiamos com veemência os ataques que tentam desqualificar sua atuação parlamentar e sua história de luta. A violência política de gênero, expressa em falas misóginas e agressivas, não pode ser tolerada em nenhuma instância do poder público. É inadmissível que uma mulher seja atacada por exercer seu mandato com dignidade e firmeza, especialmente quando sua atuação é pautada pela defesa dos direitos sociais e da educação.

A CUT Brasil se soma às vozes que exigem providências imediatas da Assembleia Legislativa de Goiás, incluindo a responsabilização do

deputado agressor por quebra de decoro parlamentar. Não aceitaremos o silenciamento de mulheres combativas, nem a naturalização da violência política de gênero.

A CUT Brasil reafirma seu compromisso histórico com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de todas as formas de opressão e violências. Seguiremos ao lado da companheira Bia de Lima, em defesa da democracia, da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora.

São Paulo, 22 de maio de 2025.

Direção Executiva Nacional da CUT



UM SALVE PARA PRETA GIL!

Um grande salve para a cantora, atriz, apresentadora e empresária Preta Maria Gadelha Gil Moreira, acima de tudo uma guerreira que, em seu meio século de vida, insiste em resistir contra o câncer que, desde 2023, assola seu corpo, mas prova-se incapaz de dominar seu espírito de mulher de luta.

Preta, carioca de raiz baiana, que virou também Maria por conta da implicância de um tabelião que não permitiu ao seu pai, Gilberto Gil, registrá-la como Preta, conta ela mesma como isso ocorreu:

Eu nasci no Rio de Janeiro, sou carioca, no dia 8 de agosto de 1974. Foi o máximo, essa história todo mundo conta na família, porque o meu pai foi ao cartório me registrar, com a minha avó materna, a vó Wangry, minha avó branca, que é mãe da minha mãe. Chegando lá o tabelião falou: "Você não vai poder registrar o nome de sua filha de Preta". Imagina! Vocês conhecem meu pai, sabem que ele gosta de falar e já começou a fazer discurso. "Mas por quê? Existem Brancas, Brancas, Claras, Rosas e não pode ter Preta?" E o tabelião disse: "Tudo bem, você vai botar Preta, mas só se botar um nome católico junto." Então eu me

chamo Preta Maria por conta do tabelião e pela Mãe Divina.

O câncer tem causado a Preta Maria muitos perrengues de saúde. Desde janeiro de 2023, quando foi diagnosticada com um câncer no intestino, foi submetida a vários tratamentos, várias internações e várias cirurgias, estando, no momento de fechamento desta edição da Revista Xapuri (10 de junho), em tratamento nos Estados Unidos.

Para Preta, nossa fé, nossa esperança, nosso carinho, sempre. De toda a nossa equipe aqui na Revista Xapuri: **#TeimaPreta!**

SEM COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO, O PISO VIRA PROMESSA VAZIA COM CONSEQUENTE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI

Assim como no piso do magistério, o Projeto de Lei 2531/2021 - que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica precisa garantir repasse federal para estados e municípios.

Sem isso, muitas prefeituras e governos não conseguirão cumprir a lei, tornando-a promessa vazia com consequente inconstitucionalidade da lei.

A CNTE defende o PL 2531/2021 com os ajustes que assegurem seu cumprimento aos profissionais da educação pública.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



**VALORIZAÇÃO
PROFISSIONAL É
MAIS QUALIDADE
PARA A EDUCAÇÃO
PÚBLICA!**

**PISO NACIONAL SÓ FUNCIONA
COM APOIO FEDERAL!**





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

